

SETORES COMEMORAM APROVAÇÃO DA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTOS POR MAIS 2 ANOS NO SENADO

A manutenção da prorrogação da folha de pagamentos até 2023, aprovada de maneira simbólica no Senado, foi celebrada pelos setores impactados. A avaliação é de que a medida é fundamental para a manutenção dos 6 milhões de empregos e que dará fôlego nesse momento de retomada econômica, após a crise da Covid-19.

A Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 2541/21, que prorroga de dezembro de 2021 para dezembro de 2023 a desoneração da folha de pagamentos para 17 setores da economia, considerados alguns dos mais intensivos em mão de obra.

A votação foi a última etapa da tramitação do projeto no Congresso. O texto segue agora para a sanção do presidente Jair Bolsonaro.

A desoneração permite às empresas substituir a contribuição previdenciária, de 20% sobre os salários dos empregados, por uma alíquota sobre a receita bruta, que varia de 1% a 4,5%.

Vetos presidenciais

O projeto da desoneração da folha foi aprovado pela Câmara dos Deputados em 17 de novembro e, desde então, aguarda a análise dos senadores. O presidente do Senado decidiu que o texto será votado diretamente no plenário, isto é, sem a necessidade de passar por comissões. A desoneração acabaria em 2020, e o Congresso Nacional aprovou a prorrogação até o fim de 2021.

No projeto, Efraim Filho não estimou os custos da eventual nova prorrogação. “A análise do impacto orçamentário e das possíveis compensações, assim como de medidas para a boa governança e a prudência fiscal, poderá ocorrer durante o processo legislativo, com o oportuno diálogo com o Poder Executivo”, disse.

O presidente Jair Bolsonaro, no entanto, vetou a prorrogação, mas o Congresso Nacional derrubou o veto, o que, na prática, estendeu a desoneração até o fim de 2021.

Cabe aos parlamentares analisar vetos presidenciais a trechos de projetos aprovados pelos legislativos. Deputados e senadores podem manter ou derrubar a decisão do presidente da República.

Fontes:

Agência Câmara de Notícias

G1 - Portal de Notícias (Política)